

Educação profissionalizante e inclusão social na escola municipal de aprendizagem industrial (EMAI)

D. B. Lorenzetti¹; C. P. Silva²; A. A. Bastos³; A. R. Curti⁴; K. M. Rocha⁵; M. Neuhaus⁶; L. P. Godoy¹

¹Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

²FATEC, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

³Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

⁴Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

⁵Departamento de Metodologia do Ensino, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

⁶Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

dlorenzett.ufsm@gmail.com; cleusa@fateciens.org.br

(Recebido em 11 de setembro de 2012; aceito em 04 de novembro de 2013)

O presente trabalho tem por objetivo analisar a efetiva atuação da Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI) como veículo de inclusão social. A pesquisa se processa sob a ótica dos dirigentes e do Projeto Pedagógico (PP). Para tanto, foi realizado um estudo documental junto ao PP da instituição e uma entrevista semiestruturada com os representantes da escola. Por meio de análise documental e entrevista verificou-se que a EMAI não é oficialmente uma instituição inclusiva. Entretanto, ao longo de sua trajetória e por meio de suas ações ela se caracteriza como uma instituição que promove a inclusão social de seus educandos.

Palavras-chave: Escola inclusiva; formação profissional; práticas educativas.

Vocational education and social inclusion in the municipal school learning industry (EMAI)

The present paper aims to analyze the effective action of the Municipal School of Industrial Education (EMAI) as promoter social inclusion. The research is conducted from the perspective of managers and Pedagogical Project (PP). To this end was carried out a documentary research in the PP of the institution and a semi-structured interview with the representatives of the school. Through document analysis and interviews it was found that the EMAI is not officially an inclusive institution. However, throughout his trajectory and through his actions it's characterizes itself as an institution that promotes social inclusion of their students.

Keywords: Inclusive school; professional training; education practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social¹. Nesse contexto, esta modalidade de educação precisa atender às novas demandas sociais, pois o mercado de trabalho está sempre em busca de profissionais mais qualificados.

Nos últimos anos, as ações de expansão do ensino profissionalizante e tecnológico foram largamente ampliadas, como forma de promover o desenvolvimento nacional e a inclusão social, a qual está pautada nas políticas públicas para a educação profissional². Dessa forma, a educação profissional e tecnológica passa a ser considerada uma ação estratégica para o desenvolvimento da sociedade, atendendo a diferentes públicos. Nesse sentido, foram criadas

várias modalidades de ensino profissional, que podem ocorrer na forma presencial, semipresencial ou até mesmo a distância.

No que diz respeito à inclusão, a formação profissionalizante visa resgatar adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Essa exclusão social se processa mediante o analfabetismo, a pobreza, a violência, a falta de escolaridade, a desigualdade social, a falta de emprego formal e a concentração de jovens que esperam uma oportunidade para resgatar sua dignidade e sua condição humana.

A inclusão social para o mundo do trabalho depende de uma escola de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões de uma sociedade mais evoluída e humanística, que trata as disciplinas como meio de conhecer melhor o mundo e as pessoas, onde haja a participação da família e da comunidade na organização do projeto escolar. Conforme o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, do Ministério da Educação (MEC), caracterizam-se como inclusão social as ações educativas pautadas na solidariedade, na colaboração e no compartilhamento do processo educativo, que abrangem, entre outros aspectos, respeito mútuo, compreensão e apoio³.

A inclusão social deve atender todos os indivíduos que de alguma forma foram excluídos, compreendendo políticas ou ações que objetivam a inserção dos sujeitos excluídos, preparando a sociedade para o convívio com a diversidade⁴. Assim, promover a inclusão social significa resgatar a condição humana do indivíduo, prepará-lo para o mercado de trabalho e dar-lhe condições de permanecer no processo de produção⁵. Dessa forma, a educação deve zelar pela formação de homens críticos, capazes de participar ativamente quando inseridos em um contexto social⁶.

Neste sentido, procurando desenvolver práticas educacionais voltadas para a comunidade de Santa Maria e região, a Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI) é uma instituição que atua na capacitação por meio de cursos profissionalizantes na área industrial. Atua por meio de suas práticas educacionais, de forma crescente para inclusão de jovens a partir de 14 (quatorze) anos no mercado de trabalho visando, sobretudo, a integração desses jovens na sociedade como indivíduos participativos, ativos economicamente e conscientes da necessidade de aperfeiçoamento constante⁷.

A escola EMAI tornou-se uma escola modelo para o ensino profissionalizante, pois tradicionalmente busca valorizar a realidade local a fim de fazer da escola um espaço prazeroso de construção do conhecimento e resgate da cidadania. Nela, são viabilizados cursos que oferecem além de informação, lazer, qualificação profissional e oportunidade de geração de renda, o resgate da autoestima e da cidadania.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), um fator a ser considerado para que a escola apresente bons resultados é o Projeto Pedagógico (PP), que deve ir ao encontro das práticas e ações educacionais. Este consiste no planejamento global da instituição, norteando a organização e as ações educativas da escola no processo de formação do aluno e de mudanças de sua realidade para promover a inclusão⁸.

Nesse contexto, o presente estudo buscou analisar a efetiva atuação da Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI) como veículo de inclusão social sob a ótica dos dirigentes e do Projeto Pedagógico (PP), permitindo aos acadêmicos e a sociedade ter acesso a um modelo de gestão inclusiva passível de aplicação em novos empreendimentos sociais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi classificada como documental, de natureza qualitativa descritiva. A natureza da pesquisa é qualitativa, pois esse tipo de pesquisa interpreta os fenômenos por meio da compreensão pautada na observação, valorizando a ideia de intensidade⁹. Assim, a credibilidade das conclusões são reflexos de muitas perspectivas resultantes das diferentes fontes de consultas exploradas, do tempo envolvido no processo de investigação somado a diversas fontes de evidências, reduzindo as possibilidades de o pesquisador criar um pré-conceito do objeto investigado.

O método de investigação desta pesquisa foi descritivo, pois os fatos foram observados, registrados, classificados, listados e interpretados. A pesquisa descritiva tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis⁹.

Essa pesquisa, também, foi classificada como explicativa, pois buscou identificar e analisar os fatores que determinaram o fenômeno, desenvolvendo-se como estudo de caso, por se tratar de um tipo de delineamento de pesquisa empírica sobre um fenômeno em seu contexto real, que envolveu contato direto na realidade de investigação. O estudo de caso é caracterizado por um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados⁹.

Para a coleta de dados foi utilizada uma análise documental, por meio do exame do Projeto Pedagógico da instituição, com vistas a caracterizar o ambiente de pesquisa, e uma entrevista semiestruturada para conhecer a percepção dos profissionais da instituição e suas ações efetivas para promoção da inclusão social. Foram entrevistados três representantes da instituição: um representante da direção, um representante do corpo docente e um representante da orientação pedagógica que a escola oferece. As entrevistas foram transcritas e analisadas para a elaboração dos resultados, sendo estes confrontados com o que está previsto no PP da instituição.

2.1 Ambiente de pesquisa

Localizada à Av. Rio Branco, nº 66, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a instituição EMAI, foi inaugurada pela Viação Férrea de Santa Maria no ano de 1973, tendo por objetivo a formação de mão de obra qualificada para atuar na própria rede ferroviária. Em 1997, com o encerramento das atividades da rede ferroviária, a Prefeitura Municipal de Santa Maria observando o potencial da escola, encampou a instituição, que passou a atender alunos da rede pública municipal, principalmente aqueles alunos que se encontravam em defasagem escolar.

A partir de 2007 houve uma reformulação e a escola foi aberta ao público em geral. Nesse ano foi implantada a Educação para Jovens e Adultos (EJA) em horário noturno, e os cursos de metalurgia, mecânica e eletricidade passaram a ser ministrados, também, em período noturno. Outra modalidade de ensino alternativa aprovada pelo Conselho Municipal de Educação nessa época foi o ensino profissionalizante integrado ao ensino fundamental, em que alunos dos anos finais do ensino fundamental têm a carga horária mínima do ensino fundamental acrescida de horas de ensino profissionalizante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização da instituição EMAI por meio do PP e da direção escolar

A Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI) é uma escola profissionalizante em nível de Ensino Fundamental, nas áreas de Metalurgia, Mecânica, Eletricidade e Desenho Industrial.

A instituição conta com um quadro de pessoal composto pelo diretor, um coordenador pedagógico, um orientador educacional, onze professores com formação nas áreas específicas dos cursos oferecidos, três auxiliares de serviços gerais e dois auxiliares administrativos. Em relação à infraestrutura, ela dispõe de salas administrativas, sala de reuniões, biblioteca, salas de aula e oficinas, sala de educação física e quadra de esporte, sala de desenho, auditório, salas de informática, cozinha e refeitório, banheiros, sala de projeção, almoxarifado e depósitos. A infraestrutura da escola não está adaptada para receber portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

A princípio o ensino profissional oferecido pela EMAI foi proposto com o intuito de auxiliar a rede Pública Municipal de Ensino na redução da evasão escolar, orientando o aluno para o desenvolvimento de suas potencialidades, servindo-se da ciência, da tecnologia e do conhecimento, para formação do indivíduo enquanto cidadão, fruto de uma ação coletiva, cooperativa e democrática. A instituição tem por objetivos:

- a) Formar e qualificar profissionais em nível de ensino básico nas áreas de metalurgia, mecânica, eletricidade e desenho industrial dentro de uma perspectiva de educação polivalente em que o aluno, além da formação profissional, também receba subsídios que possibilitem sua ação política como sujeito histórico e transformador da sociedade, que compreenda os modos de produção, conheça seus direitos e lute pela melhoria da qualidade do seu local de trabalho;
- b) Ampliar as condições de atuação social e profissionalizante do aluno capacitando-o a melhores oportunidades no mercado de trabalho;
- c) Promover a integração entre a escola e as empresas, visando uma adequação entre conhecimentos teóricos e a prática profissional;
- d) Sistematizar conhecimentos, desenvolver habilidades, atitudes e formar hábitos de trabalho necessários à adequação ao mercado de trabalho.

Segundo o PP 2008, o trabalho de qualificação profissional (para os cursos diurnos) deve ser desenvolvido com alunos com idade mínima de 14 anos que estejam matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, a partir da 7ª série, ou etapa equivalente da Educação de Jovens e Adultos, podendo também atender projetos de profissionalização de pessoas da comunidade em geral. A instituição tem o intuito de atender, primeiramente, alunos de baixa renda, que dificilmente teriam acesso a esta formação técnica se ela não fosse gratuita e alunos com defasagem escolar em idade e ano. Todavia, a direção da escola mencionou, em entrevista, que estão sendo realizadas mudanças nesse quesito para adequar a estrutura da escola a orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE), que ampliou o ensino fundamental para nove anos.

Para ingressar na escola, nos cursos de eletricidade, metalurgia e mecânica é necessário participar de uma prova de seleção, caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas disponíveis, na qual são avaliados conhecimentos adquiridos de 1º a 7º ano do Ensino Fundamental ou etapa equivalente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Para ingressar no curso de desenho industrial, o aluno deve estar frequentando, no ato da inscrição, o 8º ano ou etapa equivalente da EJA, em escola pública e comprovar sua aprovação para o nono ano no ato da matrícula.

Na ocasião do ingresso, o PP da instituição prevê que os alunos devem passar por exame de aptidão física e, também, por uma entrevista com a orientadora educacional, podendo ser solicitado, ainda, exames médicos que comprovem a capacidade do aluno para frequentar o curso, nos casos em que surgirem dúvidas por parte da Orientadora Educacional e/ou dos professores. Quando o ingresso ocorrer via prova escrita, são classificados os concorrentes que apresentam melhor desempenho nas provas, na entrevista e no teste de aptidão física. A escola divulga uma listagem de suplentes (20% dos classificados) para os casos de não comparecimento na data da matrícula ou desistência até os dez (10) primeiros dias de aula.

A escola tem capacidade para receber até duzentos e quarenta (240) alunos por ano, distribuídos igualmente nos turnos da manhã (120) e da tarde (120). Sendo as vagas, em cada turno, distribuídas da seguinte forma: trinta (30) vagas para Desenho Industrial; trinta (30) para Mecânica; trinta (30) para Eletricidade; e trinta (30) para Metalurgia. Além disso, são ofertadas turmas adicionais de Capacitação Profissional de Nível Básico no período noturno, geralmente compostas por no mínimo 10 alunos. Esses cursos são abertos à comunidade, e o público alvo são alunos com idade mínima de 16 anos e escolaridade mínima de 5ª série.

3.2 Caracterização da instituição EMAI por meio de suas ações efetivas

Analisando o discurso da orientadora pedagógica da escola em conjunto com os demais entrevistados verifica-se que os elementos previstos no Projeto Pedagógico da instituição são, em sua maioria, realizados na prática. Verificou-se, ainda, que quando estes profissionais são indagados diretamente se a escola objetiva ou não a inclusão social a resposta é, inicialmente, negativa. Essa resposta é motivada pelo termo “inclusão social” não estar pautado no Projeto Pedagógico da Instituição, e por esses profissionais não terem uma concepção bem formada de o que seria de fato a inclusão social.

A escola inclusiva deve discutir o conteúdo curricular, e seu projeto pedagógico deve valorizar a cultura, a história e as experiências anteriores. Oferecer atendimento pedagógico especializado paralelamente às aulas, ajudando na integração do educando tanto dentro como fora do ambiente escolar¹⁰.

A inclusão social deve ser entendida como a maneira pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas, indivíduos com necessidades especiais, preparando-os para assumir seus papéis na sociedade. As necessidades especiais são entendidas como quaisquer fatores que coloquem o sujeito em situação desfavorável em relação aos demais, podendo ser problemas físicos, mentais, econômicos, sexualidade, e de idade¹¹. Os sujeitos atendidos pela EMAI enquadram-se como excluídos de bens e serviços essenciais à sobrevivência do homem, assim, são aqueles marginalizados apesar da existência de leis que garantam seus direitos¹².

O processo seletivo para os cursos diurnos (não há realização de prova seletiva para os cursos noturnos) ocorre uma vez ao ano no mês de março, e é divulgado gratuitamente pela imprensa local. A demanda pelos cursos é geralmente o dobro da capacidade da instituição. Assim, os candidatos não classificados são inseridos em uma lista de suplência. O ingresso na instituição é aberto à clientela da rede pública de ensino, sendo, a maior demanda composta por alunos na faixa etária entre 14 e 18 anos, que cursam o ensino de nível médio.

Também são encaminhados à escola alguns jovens que se encontram em situação de risco e que são acompanhados pelo conselho tutelar, sendo esses alunos bem recebidos e em hipótese alguma discriminados. Atualmente, a escola oferece a modalidade de ensino médio à distância (E-TEC Brasil), convênio com a Universidade Aberta do Brasil, atingindo cerca de quinhentas pessoas que trabalham durante o dia e que não tem condições de frequentar outra modalidade de escolarização.

As ações realizadas pela escola na seleção dos alunos não visam à seleção de um público marginalizado e a divulgação do processo seletivo é feita por meio de jornais de circulação local. Quando questionada, e ao analisar as práticas da escola, a orientadora pedagógica concorda que a escola promove a inclusão social, pois, embora a questão econômica não seja primordial na seleção dos alunos, a instituição estimula a participação dos alunos como atores ativos no mercado de trabalho, proporcionando sua inclusão no processo produtivo e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

O representante do corpo docente entende que o Projeto Pedagógico da EMAI viabiliza a inclusão social, pois a escola sempre esteve organizada em função do que acontece na indústria. Logo, sua organização, em termos de currículo, tarefas, atividades, está voltada para que o aluno tenha possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, mais especificamente no meio industrial.

No entanto, mesmo tendo um currículo organizado, a escola enfrenta algumas dificuldades para acompanhar o desenvolvimento da indústria, principalmente no que se refere a investimentos em tecnologia. Os materiais didáticos utilizados são financiados por parcerias com empresas locais ou por doações da Prefeitura Municipal. Ainda que com poucos recursos, alguns setores da escola conseguem acompanhar o desenvolvimento industrial, mas outros não. Na parte de soldagem, por exemplo, os alunos desenvolvem as práticas da mesma maneira que trabalhariam na indústria. Enquanto isso, nas atividades de automação de corte e desenho técnico ainda falta equipamentos que representam a realidade atual da indústria. Com maiores investimentos poder-se-ia avançar mais na questão do AutoCAD e desenhos digitais, por exemplo.

A escola EMAI possui um quadro docente qualificado; todos os professores são pós-graduados ou estão em fase de aperfeiçoamento na área de educação e formação profissional. Os professores são aptos e estão preparados para ajudar a formar pessoas capazes de buscar sua autonomia e desenvolvimento intelectual. Segundo o representante docente, este é um ponto positivo da EMAI, pois, na maioria das instituições, muitos professores tem formação, mas não tem as competências/qualificações necessárias para desenvolver o trabalho na educação profissional, comprometendo a qualidade de ensino.

Para o representante docente da instituição, “inclusão social” significa inserir um indivíduo na sociedade, de forma que ele se torne ativo efetivamente, participando econômica, cultural e politicamente em todas as relações sociais. Segundo esse representante, o modo de produção

capitalista adotado mundialmente materializa-se, atualmente, como uma forma de exclusão, por demandar elevados índices de escolarização e atualização constante. Logo, o conhecimento é justamente o elemento exigido pelas instituições públicas e privadas para inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas relações sociais. Assim, um aluno que tem uma formação de nível básico e não avança nos estudos, em 4 ou 5 anos estará desatualizado e vai ser “descartado” pelas relações de produção. Nesse contexto, a escola inclusiva entra em ação, ou seja, possibilita que esse aluno entenda a necessidade de estudar, de fazer um curso técnico ou universitário, preparando-se para fazer parte das relações de trabalho e da sociedade.

É necessário fazer com que o aluno entenda a necessidade de estar em constante aperfeiçoamento. Quando esse aluno estiver inserido no mercado de trabalho, independentemente da área em que esteja atuando, a própria organização fará esse papel de inclusão, por meio da promoção de cursos de aperfeiçoamento ou treinamentos, para que o indivíduo possa se adequar as novas tecnologias e tendências do setor. Talvez um dos maiores objetivos da escola inclusiva seja este, trabalhar para que os alunos tenham a compreensão da realidade que irão encontrar nas relações de trabalho e da necessidade constante de aperfeiçoamento em uma realidade totalmente “exclusiva”.

Nesse sentido, a pedagogia precisa ir muito além do conhecimento teórico do professor ou empírico do aluno, deve envolver ambos para a transformação da realidade. Assim, é possível incentivar atitudes críticas em relação aos conhecimentos, por isso o diálogo deve ser a principal ferramenta da prática pedagógica¹³. Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e propor soluções. Assim, ele pode transformá-la e com seu trabalho criar um mundo próprio, que valorize seu eu e suas circunstâncias¹⁴.

O representante docente entende que é necessário refletir sobre o conceito de escola inclusiva, pois alguns mecanismos inclusivos atuais, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a inserção de muitos indivíduos na escola como meio de tirá-los da rua, e a escola em turno integral, nem sempre trazem bons resultados. Esses mecanismos, por vezes, promovem uma educação de baixa qualidade, não possibilitando condições adequadas aos alunos egressos para enfrentar o mercado de trabalho, ou mesmo um vestibular.

No que tange ao encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho pela instituição, muitos deles, com idade superior a dezoito anos, são empregados por empresas de cidades como Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, e na maioria das vezes são efetivados com contrato de trabalho por prazo indeterminado. Mesmo aqueles que concluem o curso e que de imediato não conseguem emprego, estão aptos a trabalharem como autônomos ou até mesmo como empresários.

Para promover a inserção desses jovens no mercado de trabalho, a escola possui convênios com algumas empresas e órgão públicos. Exemplo disso é o programa Jovem Aprendiz, instituído pelo Ministério do Trabalho por meio da Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que oportuniza o primeiro emprego a jovens com idade entre 14 e 24 anos¹⁵. A indicação de alunos para a contratação na modalidade menor-aprendiz segue a ordem de classificação na prova de admissão, não sendo levado em consideração o aspecto renda familiar. Nesse programa, as empresas se apropriam da mão de obra de jovens que estão cursando algum curso técnico-profissionalizante e, em contrapartida, os alunos se beneficiam com o recebimento de meio salário mínimo regional e auxílio transporte, observados os parâmetros da Portaria do MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007, além da oportunidade de fazer parte do mercado de trabalho¹⁶. Atualmente, 68 jovens da EMAI são beneficiados pelo Programa.

A escola promove, também, o desenvolvimento da comunidade local à medida que oferece cursos de aperfeiçoamento, suprimindo as necessidades de mão de obra qualificada. Muitas empresas buscam a escola para realizar o treinamento de seus colaboradores para atividades específicas. Ela contribui na inserção de indivíduos no mercado de trabalho. Em torno de 60 % dos egressos conseguem uma colocação no mercado de trabalho, seja na região, ou mesmo fora dela. A escola também consegue desenvolver a consciência da necessidade de constante aperfeiçoamento, o que influencia os egressos na busca por cursos universitários.

A escola oferece, ainda, acompanhamento pedagógico, o que aproxima muito os alunos dos professores. Por se tratar de uma escola na qual as turmas são pequenas, no máximo quinze alunos, e devido às aulas serem desenvolvidas em oficinas práticas, o acompanhamento da

aprendizagem é individual e diário, criando maior vínculo entre professores e alunos e proporcionando melhor aproveitamento na aprendizagem e redução da evasão escolar. Segundo a orientadora educacional é perceptível a mudança de comportamento dos alunos após o ingresso na escola. Conforme Paulo Freire, a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa¹⁷.

A orientação pedagógica é realizada somente com os alunos do diurno (que frequentam a escola regularmente); os alunos do noturno têm uma supervisora escolar. A orientadora relata a existência de um acompanhamento diário da frequência. Assim, quando algum aluno apresenta problemas de aprendizagem o professor repassa a informação à orientadora que procura verificar a existência de algum obstáculo para o educando.

As aulas na EMAI ocorrem no turno inverso do ensino regular e, por isso, não é oferecido almoço na escola (é oferecida merenda na metade dos turnos de aula); aqueles alunos que não tem condições de despenderem duas passagens urbanas para ir até suas residências para almoçar, podem utilizar a cozinha da instituição para preparar e fazer essa refeição. Quando os alunos, por dificuldades econômicas, sofrem privações que reduzem seu rendimento escolar, a ponto de inviabilizar os estudos, os professores por iniciativa própria providenciam algum tipo de auxílio, pois não existe nenhum tipo de bolsa para esses casos.

De maneira geral, pela análise dos discursos, os entrevistados entendem que a escola EMAI (em um país com baixo nível de escolaridade, baixa formação profissional e muito pouca oferta de mão de obra qualificada) faz um importante trabalho de inclusão, pois proporciona ao aluno uma formação de qualidade que o encaminha para o mercado de trabalho. Assim, a escola pode ser considerada inclusiva, pois permite às pessoas ingressar no processo de produção, tornando-as economicamente ativas, dando lhes condições de se sustentar, ainda que com salários baixos, permitindo-lhes uma condição digna de trabalho. No entanto, não é a escola em si que promove a inclusão ou exclusão de fato, e sim a sociedade. A educação deveria promover uma transformação na sociedade para mudar esta realidade. A EMAI trabalha nesse sentido, ela tenta fazer com que o aluno tenha condições de desenvolver uma atividade profissional para conquistar maior autonomia, permitindo sua sobrevivência de forma digna nesse mundo de exclusão.

4. CONCLUSÃO

Na conjuntura atual, cria-se a perspectiva de que a educação profissionalizante e tecnológica proporciona o desenvolvimento intelectual e profissional e que contribui para a formação dos jovens, tornando-os cidadãos preparados para a vida e para as transformações constantes da sociedade. Nesse contexto, apesar de não ter a pretensão de ser uma escola de inclusão social, mas uma escola de formação profissional, a EMAI, por meio de suas práticas proporciona a inclusão social ao desenvolver diversas ações de acompanhamento dos alunos.

O principal diferencial da escola, que acaba estimulando a continuidade dos estudos e, a busca por aperfeiçoamento profissional de seus egressos, é a atuação individualizada oferecida pela instituição, envolvendo a família no processo de aprendizagem do aluno.

Os objetivos elencados no PP analisados em conjunto com as práticas da EMAI demonstram que ela é uma escola inclusiva, na qual os educandos são estimulados a participarem de forma ativa na vida social e no mercado de trabalho, por meio da inclusão produtiva, modalidade de inclusão social.

Nesse sentido, as ações da escola se adequam ao proposto pela teoria conceitual da escola inclusiva, no qual as equipes diretiva e docente se preocupam em proporcionar aos alunos competências e condições competitivas no mercado de trabalho, dando oportunidade aos alunos para que eles possam alcançar condições dignas de trabalho e vida. Assim, a escola é entendida como espaço capaz de estimular a percepção do aluno da necessidade de constante aperfeiçoamento, desenvolvendo sua autonomia e proporcionando sua inclusão social, onde o professor é encarado como um auxiliar na restauração da confiança do aluno na sociedade.

1. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Resolução CNE/CEB nº 4/1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. Distrito Federal, 1999.
2. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 mar 2012.
3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Módulo 4, Inclusão Social, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf>. Acesso em: 26 nov 2011.
4. MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
5. RATTNER, H. Sobre exclusão social e políticas de inclusão. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 18, novembro de 2002.
6. FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
7. ESCOLA MUNICIPAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (EMAI). Projeto Político Pedagógico. Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura Municipal de Santa Maria. 2012.
8. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, RS (SENAC/RS). Projeto Político Pedagógico, 2009.
9. GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. 12. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.
10. MANTOAN, M.T.E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. *Nova Escola online*, 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>>. Acesso em: 21 jun 2012.
11. MOTA, L.O.; MACEDO, M.A. *Envelhecimento e inclusão social: o projeto agente experiente*. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0510672_07_Indice.html>. Acesso em: 21 jun 2012.
12. LUSTOSA, T.Q.O. Pobreza e exclusão social. *Debates Sociais*. CBCISS. Rio de Janeiro, nº 58, p.99-113, 2001. (Exclusão Social - Novas e Velhas Formas).
13. FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
14. FREIRE, P. *Educação e mudança social*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
15. BRASIL. LEI No 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Presidência da República. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm>. Acesso em: 14 jun 2012.
16. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). PORTARIA Nº 615. MTE. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE4CA7C012BE4F6D21511E8/p_20071213_615.pdf>. Acesso em: 20 ago 2012.
17. FREIRE, P. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.